

## O fazer antropológico e os desafios de nosso tempo<sup>1</sup>

*Anthropological labor and the challenges of our time*

**Ana Alves De Francesco<sup>2</sup>**

Universidade Estadual de Campinas, Unicamp

São Paulo, Brasil

anade francesco@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-8594-4454>

*Recebido em: 31 de maio de 2025*

*Aceito em: 08 de junho de 2025*

---

<sup>1</sup> Este ensaio foi escrito a partir de uma apresentação no Departamento de Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a convite da Profa. Dra. Cornélia Eckert, em 5 de maio de 2025.

<sup>2</sup> Pesquisadora de pós-doutorado vinculada ao Departamento de Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas, Brasil; bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, Brasil), Processo nº 2024/13153-4 FAPESP.

### **Resumo**

Este ensaio é um relato de minha trajetória de pesquisa no campo da antropologia. Procuro justapor metodologias e projetos de pesquisa colaborativa dos quais participei, com experiências pessoais e contingências da vida, na intenção de contribuir com uma reflexão sobre a importância do fazer antropológico no mundo atual, suas potencialidades, para além do âmbito acadêmico, bem como o papel central que nossos interlocutores ou parceiros locais detêm na formulação e condução deste tipo de pesquisa.

**Palavras-chave:** Etnografia; Trabalho de campo; Pesquisa colaborativa.

### **Abstract**

This essay is a narrative my research path in the field of anthropology. I try to juxtapose methodologies and collaborative research projects in which I have participated, with personal experiences and life contingencies. My intention is to contribute to a reflection on the importance of anthropological work in actual world, its potential beyond the academic sphere, as well as the central role that our interlocutors or local partners have in formulating and conducting this type of research.

**Keywords:** Ethnography; Fieldwork; Collaborative research.

Ingressei no programa de doutorado em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas em 2013, no primeiro ano comecei a fazer campos exploratórios no Xingu. No segundo ano, após a conclusão das disciplinas, me mudei para Altamira, estado do Pará, com a intenção de realizar uma pesquisa sobre a relação histórica e presente entre indígenas e ribeirinhos, ou beiradeiros. A ideia surgiu ao observar em campo como novas relações estavam sendo tecidas, sobretudo pelas crianças ribeirinhas que, ao frequentar as escolas indígenas, dada a ausência de escolas em suas comunidades, aprendiam a falar as línguas indígenas, especificamente Araweté e Parakanã. Estas línguas tornavam-se uma espécie de código secreto das crianças. Neste ano, nas margens do rio Xingu, estava a pleno vapor a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, o que ameaçava a continuidade da enorme diversidade de arranjos sociais e ecológicos que ali existiam e insistem em existir.

Dois acontecimentos de ordem bem diversa me levaram a uma mudança de trajetória: enquanto protelava o início de minha pesquisa de campo, dada a demora, e por fim a recusa, por parte do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio) em me autorizar a realizar a pesquisa dentro de uma unidade de conservação, descobri que estava grávida do meu primeiro filho. Se de um lado o ICMbio avaliou que minha pesquisa poderia atrapalhar os projetos conduzidos em campo pela instituição, de outro, eu mesma avalei que seria bastante dificultoso fazer trabalho de campo em localidades remotas, ainda mais como mãe de primeira viagem. Enquanto eu buscava novos caminhos para minha pesquisa, vivendo em uma Altamira desfigurada pela construção da usina de Belo Monte, o Ministério Público Federal (MPF) me convidou para apoiar a atuação da instituição junto aos pescadores afetados pela construção da usina, dada minha experiência com pesca artesanal durante a pesquisa de mestrado<sup>3</sup>.

Em minha pesquisa de mestrado trabalhei com uma comunidade caiçara constituída por dois núcleos familiares que viviam então de forma relativamente isolada: sem acesso terrestre, sem energia elétrica e com o turismo restrito a poucos visitantes durante a alta temporada. Inicialmente eu tinha dificuldade em estabelecer com eles uma comunicação efetiva, eu não era considerada uma pessoa capaz de entender as práticas e os modos de fazer locais. Resolvi então aprender a fazer um

---

<sup>3</sup> Sobre minha pesquisa de mestrado realizada com as comunidades caiçaras da zona costeira do município de Paraty ver De Francesco, 2012.

balaio, e fui perguntando para cada um como fazer, começando pela coleta do cipó. Foi por meio da

confeção deste balaio, desde ser capaz de encontrar o cipó na mata, limpar o cipó, até tecer o balaio, com cada um me ensinando um pouco, que me tornei de fato uma interlocutora. Apenas quando consegui provar meu interesse e minha real capacidade de aprender me foi possível iniciar um diálogo não mediado por perguntas e respostas sobre os modos de fazer caiçaras.

Esta iniciação à pesquisa me permitiu compreender um primeiro tipo de engajamento ou afetação próprios do conhecimento etnográfico que é a dimensão da experiência. Esta experiência vivida pelo antropólogo em campo, pode implicar na aquisição de certas habilidades que são incorporadas ao corpo e levam a transformações importantes no modo de estar no mundo (Almeida, 2003). Minha pesquisa de mestrado se tornou possível apenas quando me tornei capaz de tecer um balaio, esta entrada em campo muitas vezes implica em aprender a caminhar na mata, aprender a dormir na rede, aprender a pescar e andar de canoa ou coisas aparentemente triviais do cotidiano como comer, beber e tomar banho. Este aprendizado me permitiu acessar lógicas próprias das comunidades caiçaras e da pesca artesanal que levou ao convite, anos mais tarde, para apoiar o MPF e os pescadores na identificação dos impactos provocados pela construção da usina hidrelétrica de Belo Monte.

Este convite foi um completo atravessamento que mudou não só minha trajetória profissional, como virou de ponta cabeça minha vida pessoal. Desde este convite, no início de 2014, comecei a atuar junto às comunidades atingidas pela usina de Belo Monte e os movimentos sociais que lutam pela defesa de seus direitos. Embora o tema de impactos socioambientais de projetos de desenvolvimento não estivesse entre meus interesses de pesquisa, acabei tornando-me de certa forma uma especialista neste tipo de desastre. Não foi uma escolha, anos mais tarde, uma importante liderança de Altamira me deu uma explicação: o Xingu havia me *mundiado*.

*Mundiar* é um termo regional que significa abolir a vontade de algo ou alguém, causar entorpecimento, assombrar ou magnetizar. Ter sido *mundiada* pelo Xingu significa que, em determinado momento, aconteceu uma espécie de mistura de corpos, ou um tipo particular de enfeitiçamento, que me tornou parte daquilo que inicialmente era um campo de estudo.

Existe um tipo de conhecimento, associado as lógicas relacionais e representações, que implica em um outro tipo de engajamento, mais do que um aprendizado que se inscreve no corpo, trata-se aqui de uma abertura ou atravessamento que nos faz ser afetados pelo mesmo sistema que afeta aqueles com quem fazemos pesquisa. Ser *mundiada* ou afetado não é uma escolha, ato voluntário ou racional, é a abertura para uma experiência que pode se tornar também um dispositivo metodológico para a produção de conhecimento, mas somente a posteriori (Favret-Saada, 2005; Goldman, 2005).

Anos se passaram e hoje entendo que estar *mundiada* foi tanto um processo de entrada em campo como um dispositivo de pesquisa. Um dos principais mecanismos da pesquisa etnográfica é a observação participante, sendo que uma premissa para sua realização é a estabelecimento de uma relação com nossos parceiros ou sujeitos da pesquisa, ou seja, implica em uma permanência em campo que vai além da realização de entrevistas ou conversas orientadas por perguntas e respostas (Malinowski, 2018). Mais do que a longa permanência em campo e o estabelecimento de relações a longo prazo, o que possibilita o conhecimento do outro, por meio da etnografia, é quando o etnógrafo aceita o risco de abandonar ou superar seu projeto de pesquisa para engajar-se, inteiramente, naquilo que de fato acontece em campo. Este movimento de tornar-se disponível ou deixar-se afetar pelas mesmas forças que afetam os demais, foi descrito pela antropóloga Favret-Saada como “ser afetado” ou “deixar-se afetar”. Não se trata de algo voluntário ou planejado, mas acontece a partir do momento em que se estabelece uma comunicação que não é verbal ou intencional (Favret-Saada, 2005). No caso da antropóloga, ela pôde acessar o sistema da feitiçaria em uma região rural da França após ser afetada por ele, seja como enfeitiçada seja como desenfeitiçadora<sup>4</sup>.

### **A antropologia como método para a reconfiguração de mundos partidos**

No ano de 2015, em Altamira, os ribeirinhos foram expulsos de suas casas e ilhas para dar lugar ao reservatório principal da usina de Belo Monte. Centenas de famílias foram removidas de suas casas, que foram demolidas, soterradas e, algumas vezes, queimadas. O deslocamento forçado desestruturou toda a organização social:

---

<sup>4</sup> Reforça este argumento a descrição da “jornada não planejada” que levou Joana Cabral de Oliveira, em sua pesquisa com os Wajapi, interessada em estudar seu sistema de classificação das plantas, foi levada a conhecer o histórico das relações sociológicas wajapi por meio das histórias relacionadas a cada planta investigada (Olivera, 2008).

foram desfeitas as redes de vizinhança, com elas a rede de pequenos comércios, incluindo todo o arranjo para a comercialização dos produtos da pesca e da lavoura, que deixavam de existir, gerando uma ruptura no modo de vida ribeirinho do ponto de vista social, econômico e ecológico. Concomitantemente, o rio Xingu foi barrado, seu curso d'água desviado e suas ilhas dragadas para fornecer material construtivo para a usina. Os peixes deixaram de migrar e se reproduzir nos locais onde isto ocorria. O mundo ficou desfigurado e as pessoas desorientadas, sem conseguir viver o presente, não podiam imaginar, muito menos planejar, um futuro (De Francesco, 2020; Fainguelernt, 2020; Katz; Oliveira, 2016).

O ano de 2016 ficou conhecido no Xingu como o ano do fim do mundo. Foi o ano em que o rio foi definitivamente barrado, devido ao baixo volume de água e a interrupção do fluxo hídrico natural os peixes não conseguiram entrar na floresta alagada para se alimentar e desovar; as sementes, das quais se alimentam, caíram no seco e as ovas secaram em suas barrigas; os peixes ficaram magros e doentes, toneladas deles morreram (Pezzuti, et. al., 2018; Marinho et al., 2019; Castro-Diaz et al., 2024). Naquele ano, saí para passear de barco com um amigo beiradeiro, modo como os ribeirinhos se autoidentificam. Naquele dia navegamos em silêncio, o vazio que via no beiradão, onde as casas haviam sido demolidas, naquele rio onde quase não havia mais peixes, aquele vazio do desabitado também entrou em mim, instalou-se no meu peito. Quando passamos pelo lugar onde este amigo vivia, onde já não havia mais nada, aquele vazio pareceu tomar conta de toda a canoa, sufocando nossos sentidos. Pedi para ele parar e deligar o motor, eu queria entrar na água, tirar aquela dor que pesava em mim. Eu mergulhei, ele mergulhou. Com um gesto silencioso me mostrou que o rio corria ao contrário, a canoa flutuava em sentido inverso ao curso natural do rio (De Francesco, 2020).

Foi neste dia que todo o sofrimento dos outros atravessou meu peito, derrubando qualquer objetividade ou barreira ontológica, eu me misturei, virei também uma atingida pela barragem, meu mundo se tornou aquele mundo em ruínas e minha vida se misturou de forma permanente à vida daquelas pessoas com quem partilhava um cotidiano de suspensão da vida, que é o que o deslocamento forçado provoca (Ramsay, 2015).

Na etnografia que escrevi para a tese de doutorado esta mistura é evidente, não foram poucas as vezes que me contaram que se emocionaram com sua leitura, que

sentiram por meio de minhas palavras a dor de ter seu mundo invadido por um projeto de destruição, tal como foi a usina hidrelétrica de Belo Monte. Isto se tornou possível na medida em que esta etnografia traz muitos elementos subjetivos: a experiência vivida na própria pele, minhas angustias, sonhos e incertezas. Estes também são dados produzidos pelo trabalho de campo (Clifford, 2002).

O livro “A África Fantasma”, de Michel Leiris, é seu diário de campo da expedição linguística e etnográfica Dacar-Djibuti no qual escreveu diariamente, ao longo dos dois anos de expedição, de forma obsessiva, tudo aquilo que podia observar: fatos, acontecimentos, rituais, sensações, sonhos, incômodos, desejos, etc. (Sobral, 2008). O autor acreditava, conforme escreve em seu diário ao escrever sobre o a redação do prefácio de uma eventual publicação das notas de campo, que “é pela subjetividade (levada a seu paroxismo) que se alcança a objetividade” (Leiris, 2007:300). O autor considera que o elemento subjetivo deve ser considerado parte da etnografia como uma função da objetividade, são os outros que devem ser corretamente descritos, contudo, o autor ao se colocar em cena permite ao leitor o cálculo do erro: depurar a densidade descritiva da subjetividade da narrativa para se chegar ao que há de objetivo ou geral (Price; Jamin, 1988). Ao contrário das etnografias clássicas, nas quais a experiência de campo é evocada para legitimar os dados, restrita a prefácios e notas de rodapé, e afastada para assegurar a objetividade da análise, aqui é a presença do autor no texto que possibilita ao leitor identificar claramente seu ponto de vista (Caldeira, 1988), sendo a subjetividade então um método descritivo para se chegar a uma objetividade, a descrição do real por meio da profusão de elementos descritivos.

Diz Leiris em *África Fantasma*:

A verdadeira razão de minha ira é que há domínios em que as coisas queimam demais e em que, necessariamente é um escândalo passear por aí impassível, lápis na mão, olhos nas fichas (Leiris, 2007:447).

Esta afirmação me remete a minha trajetória de pesquisa, quando somos inteiramente atravessados pelas urgências do campo, quando não é mais possível seguir o projeto inicial, pois a realidade se escancara com aquilo que queima, que arde e que fere, é necessário abrir-se para os imponderáveis da vida.

Ao deparar-me em campo com esta realidade destrutiva, que fere, e ser atravessada por ela, fui levada a um terceiro tipo de engajamento, de âmbito político, quando abrimos mão de nossos modelos e projetos de pesquisa para fazer algo que seja de fato relevante

para as pessoas e os contextos nos quais atuamos. Este movimento não interessa a Leiris, contudo ele não deixa de registrar em seu diário a violência colonial da expedição, como, por exemplo, no trecho abaixo:

Chegada de objetos, pagamento. A pequena bolsa preta que contém as moedas – cartola de mágico – é atada e desatada diversas vezes. O livro de registro fica cheio. Ainda não nos aconteceu de comprar de um homem ou uma mulher todas as suas roupas, deixando-os nus pela estrada, mas isso certamente irá ocorrer (Leiris, 2007:135).

Retomando minha própria trajetória, a abertura para as urgências do campo me levou ao abandono de um projeto de pesquisa, minha pesquisa se tornou uma etnografia de longa duração sobre a luta dos ribeirinhos expulsos do Xingu para retornar para as margens do rio, o beiradão. Não havia roteiro, nem hipótese, eu me limitei a registrar o que acontecia a partir da mobilização dos ribeirinhos e me dispus a apoiá-los na produção dos documentos necessários para que conseguissem garantir seu direito ao território.

Em 2016, em resposta ao pedido de apoio das famílias ribeirinhas, o Ministério Público Federal (MPF) mobilizou a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) para caracterizar quem eram e como viviam as famílias tradicionais deslocadas, como foram afetadas pela construção da usina e quais os mecanismos adequados para assegurar a garantia de seus direitos e a reparação das violações sofridas. As coordenadoras do estudo, Manuela Carneiro da Cunha e Sônia Magalhães, mobilizaram uma extensa rede multidisciplinar de pesquisadores para apoiar os ribeirinhos na construção de uma proposta de reparação que garantisse a continuidade de seu modo de vida.

Iniciou-se então uma força-tarefa cujo objetivo era produzir informações e recomendações em relação a situação crítica de violação de direitos e de desastre ambiental. No âmbito desta força-tarefa fui responsável por coordenar os trabalhos de campo e garantir a interlocução entre os pesquisadores e as famílias ribeirinhas. O estudo foi apresentado em uma audiência pública realizada em novembro de 2016 na cidade de Altamira. A audiência culminou com a criação do Conselho Ribeirinho, um coletivo politicamente orientado para a representação das comunidades ribeirinhas deslocadas pela usina de Belo Monte e a defesa de seus direitos, sobretudo territoriais, um órgão deliberativo e autônomo destinado a fazer cumprir os princípios de



autodeterminação e do autorreconhecimento<sup>5</sup> no processo de reterritorialização das famílias deslocadas (Magalhães; Cunha, 2017).

Desde então foi constituído um Grupo de Apoio ao Conselho Ribeirinho, composto por diversos pesquisadores e instituições que, ao longo dos anos de 2017 a 2019, apoiaram os ribeirinhos em um enorme esforço de pesquisa colaborativa que resultou na construção da proposta de criação de um Território Ribeirinho: um modelo de reassentamento, às margens do rio Xingu, que procura assegurar aos ribeirinhos o direito ao retorno para áreas mais próximas quanto possível dos locais onde viviam antes do deslocamento forçado e do enchimento do reservatório principal da usina.

### **A construção de metodologias colaborativas**

Em setembro de 2018 montamos uma equipe constituída por antropólogas, biólogas, ribeirinhas e ribeirinhos e partimos para uma expedição de 15 dias nas áreas pleiteadas pelos ribeirinhos para o reassentamento. Este zoneamento serviria para definir o modo de ocupação do território e a construção de regras de uso, permitindo conciliar a conservação ambiental com as práticas tradicionais e a reconstituição das redes de vizinhança.

A maior parte do trabalho de campo foi feito por meio de abertura de caminhos na mata, com facão. Para o zoneamento dos diferentes tipos de ambientes – floresta, capoeira, pasto, igapó, etc – marcávamos o ponto de transição entre um ambiente e outro, por exemplo: fim de uma capoeira e início de um pasto. Também registrávamos a extensão do ambiente. Por exemplo, capoeira de 500 metros para o fundo e depois mata. Acordamos essa metodologia em campo e, para verificar se funcionaria, fizemos alguns testes. Os ribeirinhos diziam alguma distância e nós medíamos com o GPS. A precisão de sua avaliação das distâncias nos encorajou a fazer esse mapeamento por estimativa da cobertura do solo, sobretudo dos locais onde não conseguíamos chegar a pé, pela distância, a dificuldade de acesso ou por serem propriedades privadas.

Os trechos onde a presença de baixões alagados, igapós e mesmo de mata fechada, dificultavam a abertura de trilhas, percorremos margeando a beira de voadeira. Os ribeirinhos nomearam os métodos: cortando a mata, quando caminhávamos, e *gepeando*, quando margeamos a beira do rio de voadeira marcando o trecho com o GPS.

---

<sup>5</sup> Princípios estes estabelecidos pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho e pela Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto Presidencial 6040.

Quando retornamos de campo, com centenas de pontos e trechos georreferenciados e descritos de forma qualitativa, de modo bastante etnográfico, a equipe de cartografia que nos apoiaria na elaboração do mapa duvidou da possibilidade de se chegar a um mapa com aquela informação aberta, que não descrevia nenhum polígono, e da quase impossibilidade de resultar em algo rigoroso do ponto de vista cartográfico.

A partir das informações descritivas fizemos algumas sobreposições com imagens de satélites e fotos aéreas. O resultado surpreendeu a todos: as descrições dos ribeirinhos da cobertura do solo e das paisagens batiam perfeitamente com as imagens de satélite e as fotos aéreas. Foi possível fechar um mapa das aéreas pleiteadas pelos ribeirinhos para o reassentamento, o mapa do Território Ribeirinho.

Este mapa era colorido, com base nos diferentes tipos de paisagens e tinha legendas ilustradas, para facilitar sua leitura para um público amplo. Ao longo do tempo se mostrou a ferramenta mais adequada para as reuniões colaborativas que aconteciam entre as famílias deslocadas e a empresa concessionária da usina, responsável pelo reassentamento. A empresa chegou a pedir a paleta de cores utilizada no mapa do Conselho Ribeirinho para utilizar em seus próprios mapas<sup>6</sup>.

Esta colaboração simétrica entre pesquisadores e ribeirinhos, este engajamento mútuo em sistemas ontológicos distintos, o ribeirinho e o científico, gerou uma metodologia de mapeamento eficiente e inusitada que tornou possível colocar, em um plano cartográfico e seguindo o rigor da cartografia, o conhecimento ribeirinho sobre o ambiente, suas estratégias de manejo territorial e seu planejamento em relação a ocupação futura do território.

O Conselho Ribeirinho entregou um plano completo de reassentamento que previa a localização da moradia de mais de trezentas famílias, com uma espacialização meticulosa para a recomposição das redes de vizinhança. Este foi um trabalho longo, de muitos meses, que envolveu a quase totalidade destas famílias.

Esta colaboração resultou na criação de uma política pública de reparação, a criação de um Território Ribeirinho, um movimento importante de reconhecimento dos territórios tradicionais que desafia o estado brasileiro e a sociedade civil a pensar em um modelo de regularização fundiária que não se limite a unidades de conservação, mas reconheça de fato os territórios tradicionalmente ocupados no Brasil. A proposta foi apresentada pelo Conselho Ribeirinho como mecanismo adequado para o atendimento de uma das

---

<sup>6</sup> Todo este processo está descrito em minha tese de doutorado (De Francesco, 2020).

condicionantes para a operação da usina de Belo Monte, uma obrigação legal da empresa concessionária pelo dano causado às comunidades ribeirinhas deslocadas <sup>7</sup>.

### Notas de fim

Este ano, após ter atuado como pesquisadora em organizações da sociedade civil e assessora de movimentos sociais, retornei para a academia como pesquisadora de um projeto de pesquisa realizado pelas universidades UNICAMP, UFOPA e UFMA intitulado “Territórios sociobiodiversos no Maranhão e Pará: ambiente, conhecimento e sustentabilidade”<sup>8</sup>. Dentro deste projeto desenvolvo uma pesquisa individual sobre sistemas locais de produção de sociobiodiversidade no Baixo Tapajós. Não participei da elaboração do projeto, realizada em parceria com associações de trabalhadoras rurais e extrativistas, mas fui selecionada, acredito, muito mais pela minha experiência antropológica fora da academia, do que por meus êxitos acadêmicos.

No estado do Pará este projeto tem documentado a resistência dos agricultores familiares e extrativistas ao avanço da monocultura da soja, por meio do cultivo de quintais agroflorestais e a plantação de barreiras vegetais contra a dispersão de veneno, por exemplo. Tem também apoiado a produção de dados sobre os sistemas produtivos locais e os arranjos para sua comercialização em feiras livres e por meio do Programa de Aquisição de Alimentos do governo federal.

O Conselho Ribeirinho, por sua vez, em parceria com os pesquisadores que compõe seu grupo de apoio, segue contribuindo com a criação de políticas públicas para o reconhecimento e a regularização dos territórios tradicionais no Brasil. Em diálogo com o governo federal o Conselho Ribeirinho atua no sentido de negociar a inclusão do Território Ribeirinho como caso prioritário no Programa de Apoio ao Acesso à Terra e ao Território e à Proteção Socioterritorial de Povos e Comunidades Tradicionais, instituído pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) em 2024<sup>9</sup>.

Estes são exemplos de minha trajetória pessoal sobre as potencialidades da antropologia, sobretudo, no campo das políticas públicas e dos direitos dos povos tradicionais, mas também no âmbito da governança, tomada de decisões e do debate

<sup>7</sup> Licença de Operação nº1.317/201, Condicionante 2.6, alínea “a”.

<sup>8</sup> Projeto de Pesquisa Regular FAPESP 2022/10359-5, Territórios sociobiodiversos no Maranhão e Pará: Ambiente, conhecimento e sustentabilidade.

<sup>9</sup> Este programa foi instituído por meio da Portaria nº 32, de 8 de agosto de 2024 do MDA.

científico, ao nos oferecer caminhos metodológicos em aberto para a criação colaborativa de respostas às urgências do mundo real.

## Referências

ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de. Relativismo Antropológico e Objetividade Etnográfica. *Revista Campos*, v. 3, p. 9–29, 2003.

OLIVERA, Joana Cabral de. Social Networks and Cultivated Plants: Exchange of Planting Materials and Knowledge. *Tipiti: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America*. Vol. 6, 2008.

.CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. A presença do autor e a pós-modernidade em Antropologia. *Novos estudos*, São Paulo, n.21, p. 134 - 157, 1988.

CASTRO-DIAZ, Laura et al. Multidimensional and multitemporal energy injustices: Exploring the downstream impacts of the Belo Monte hydropower dam in the Amazon. *Energy Research & Social Science*, v. 113, p. 103568, 1 jul. 2024.

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Editora UFRJ, 2002.

DE FRANCESCO, Ana. *Este é o nosso lugar: uma etnografia da territorialidade Caiçara na Cajaíba (Paraty, RJ)*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social, UNICAMP, 2012.

DE FRANCESCO, Ana. *Terror e resistência no Xingu*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, UNICAMP, 2020.

FAINGUELERNT, Máira Borges. Impactos da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: uma análise da visão das populações ribeirinhas das reservas extrativistas da Terra do Meio. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, v. 20, p. 43–52, 24 jul. 2020.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. *Cadernos de Campo*. São Paulo, v. 13, n. 13, p. 155–161, 30 mar. 2005.

GOLDMAN, Marcio. Jeanne Favret-Saada, os afetos, a etnografia. *Cadernos de Campo*. São Paulo, v. 13, 2005.

KATZ, Ilana; OLIVEIRA, I. Considerações sobre os impactos em saúde, no contexto do deslocamento forçado de ribeirinhos em Belo Monte. In: MAGALHÃES, Sônia Barbosa; CUNHA, Manuela Carneiro da (Coord.). *A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte: relatório da SBPC*. São Paulo: SBPC, 2017.

LEIRIS, Michel. *A África Fantasma*. Cosac & Naify, 2007.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa; CUNHA, Manuela Carneiro da (Coord.). *A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte: relatório da SBPC*. jul. 2017.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné, Mlanésia*. São Paulo: Abril Cultural, 2018.

MARINHO, Vicka de Nazaré Magalhães *et al.* Hidrelétricas na Amazônia brasileira: considerações sobre os impactos na pesca artesanal nos rios Xingu (Pará) e Araguari (Amapá). *Vivência: Revista de Antropologia*, v. 1, n. 53, 2019.

PEZZUTI, ET. AL. *Xingu, o rio que pulsa em nós : monitoramento independente para registro de impactos da UHE Belo Monte no território e no modo de vida do povo Juruna (Yudjá) da Volta Grande do Xingu*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2018.

PRICE, Sally; JAMIN, Jean. A Conversation with Michel Leiris. *Current Anthropology*, v. 29, n. 1, p. 157–174, 1988.

RAMSAY, Georgina K. *Beyond Resettlement as Refugee: Enduring and Emerging Dimensions of 'Displacement' as Cosmological Rupture for Central African Refugee Women*. School of Humanities and Social Science The University of Newcastle, Australia, 2015.

SOBRAL, Luís Felipe. O pensamento selvagem de Michel Leiris. *Novos estudos CEBRAP*, p. 207–215, nov. 2008.